

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPUS DE AQUIDAUANA  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

**ELIANE PEREIRA DA SILVA**

**A DITADURA MILITAR E OS DESAPARECIDOS: CONSIDERANDO O CASO ANA  
ROSA KUCINSKI.**

**AQUIDAUANA/ MS  
2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPUS DE AQUIDAUANA  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

**ELIANE PEREIRA DA SILVA**

**A DITADURA MILITAR E OS DESAPARECIDOS: CONSIDERANDO O CASO ANA  
ROSA KUCINSKI.**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
modalidade artigo,apresentado como  
exigência do curso de História  
Licenciatura, da Universidade Federal de  
Mato Grosso do Sul, Campus de  
Aquidauana, para conclusão do curso  
sob a orientação do Prof. Dr. Agnaldo  
Rodrigues Gomes

.

**AQUIDAUANA/MS  
2024**

# **A DITADURA MILITAR E OS DESAPARECIDOS: CONSIDERANDO O CASO ANA ROSA KUCINSKI.**

**Resumo:** Este referido artigo possibilita conhecer mais sobre a Ditadura Militar no Brasil, bem como seus desaparecidos enfatizando o caso de Ana Rosa Kucinski professora universitária da Universidade de São Paulo (USP), era uma militante política que desapareceu no ano de 1974 juntamente com seu esposo Wilson Silva. A metodologia usada no artigo foi por meio de análise documental resgatando processos históricos, relatórios oficiais e dados qualitativos visando compreender os desaparecidos no processo do regime ditatorial, e entendendo o impacto e os traumas resultantes na violência do Estado. Portanto, a pesquisa busca esclarecer e promover uma reflexão e resgatar a memória do povo brasileiro com relação aos mortos e desaparecidos diante do período da Ditadura Militar no Brasil.

Palavras-chave: Ana Rosa Kucinski, Ditadura Militar, desaparecidos, Memória.

**Abstract:** This article makes it possible to learn more about the Military Dictatorship in Brazil, as well as its missing people, emphasizing the case of Ana Rosa Kucinski, a university professor at the University of São Paulo (USP), she was a political activist who disappeared in 1974 along with her husband Wilson Silva. The methodology used in the article was through documentary analysis, recovering historical processes, official reports and qualitative data aiming to understand those who disappeared in the process of the dictatorial regime, and understanding the impact and trauma resulting from State violence. Therefore, the research seeks to clarify and promote reflection and rescue the memory of the Brazilian people in relation to the dead and disappeared during the period of the Military Dictatorship in Brazil.

Keywords: Ana Rosa Kucinski, Military Dictatorship, disappeared, Memory.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Brasil assim como qualquer outra nação passou por grandes transformações no decorrer da sua história, e muitas das vezes marcada por um passado violento envolvendo a sua essência, sua cultura, e sua gente trazendo consigo genocídios marcantes causados principalmente por líderes e seus regimes autoritários. No ano de 1964 deu-se início a Ditadura Militar concentrando-se na privação que a democracia pudesse exercer de fato seu papel, reprimindo ou usando da violência exacerbada diante da população brasileira.

Nesse momento da ditadura brasileira os direitos de muitos brasileiros foram retirados tais como o direito ao voto, a liberdade de imprensa, perseguição, torturas a vários grupos sociais e todos aqueles que se opusessem contra seu regime ditatorial, e assim seguiram durante mais de 21 anos (AMORIM e BRANDÃO, 2023).

O período entre os anos de 1964 e 1985 foram anos de perseguição política principalmente realizada pela oposição política, onde constatou-se diante da Ditadura Militar. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), constatou que aproximadamente mais de 400 pessoas entre eles despercebidos e também pessoas mortas, diante da apreensão e da violência e principalmente do cerceamento e a liberdade de expressão onde a população brasileira foi totalmente proibida de seus direitos (BRASIL, 2014).

Importante também destacar que a Ditadura Militar desde o seu começo em abril de 1964 e seu fim em março de 1985, foi além de um golpe militar ela transformou a história social e política do Brasil, e mostrando diante de todos sua marca registrada que era uma massiva tortura, desaparecimentos e assassinatos de pessoas. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha 16% da população brasileira considera que o governo é democrático ou uma ditadura, e mais de 14% defendem o regime ditatorial ao invés do democrático, e apenas 8% que nem sabem o que é ditadura ou então não quiseram responder na pesquisa (DATAFOLHA, 2014).

Vale ressaltar que a política foi um dos pontos centrais para elevar o grau de disputas entre a população principalmente vindo de alguns discursos contra o comunismo, ressaltando que os seus representantes eram devidamente considerados como um perigo à soberania brasileira bem como à segurança do país. Apesar de ser aceito pela população na época, as pessoas fizeram parte do processo aderido ao golpe dos militares, com o devido tempo grande parte da mesma população foram essenciais para denunciarem os as pessoas que eram contra o sistema ditatorial realizado pelos militares (SAMWAYS,2007).

Um dos principais objetivos do golpe militar era de eliminar qualquer ato comunista envolvendo não só os militares, mas também uma expressiva participação da sociedade civil lideradas por empresários renomados fazendo com que essa linha de frente estruturada fosse possível combater o comunismo e colocar o país nos trilhos, tendo como eixo o desenvolvimento do país um conceito muito usado pelos seus praticantes do ato militar (REIS FILHO, 2000).

O papel da mulher nesse período da Ditadura Militar era mais voltado ao ambiente familiar, mais conhecidas como as “donas do lar” tinha como principal destaque a procriação, também na figura da mãe e da esposa. Mas pelo outro lado teve uma importância significativa como seu apoio à ditadura militar ou sendo como

militantes atuantes, uma das mais conhecidas é a Professora de Química Ana Rosa Kucinski desaparecida desde o ano de 1974 (NOREK, 2020).

A Ditadura Militar (1964-1985) deixou muitas marcas na história do Brasil, principalmente na questão dos direitos humanos propriamente dita, com atos de reprimir de todas as formas, mas principalmente atos políticos dos militantes. A marca que representa o momento trágico desse período eram os desaparecimentos dos opositores do regime autoritário a fim de não deixar rastros. Nesse contexto destaca-se o caso da professora Ana Rosa Kucinski, acontecido em meados de 1974, bem como o do seu esposo Wilson Silva.

Assim, perante a temática apresentada referente ao artigo proposto em que se destaca a problemática a ser devidamente elucidada com o seguinte questionamento: Diante da falta de respostas dos meios oficiais, quais devem ser os caminhos para fazer valer a luta e pela justiça e a verdade dos desaparecidos e no caso específico da professora Ana Rosa Kucinski no período da Ditadura Militar?

Portanto, o referido artigo possibilita discutir em sua grande importância a Ditadura Militar e os desaparecimentos de pessoas envolvidas diretamente na militância política, tomando por base em um caso específico da professora Ana Rosa Kucinski, contribuindo assim compreender de fato as mais complexas interlocuções entre a memória coletiva, a política e a justiça. **Desta feita**, este artigo tem como seu principal objetivo analisar o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski diante da Ditadura Militar brasileira, debatendo sobre a importância da trajetória, do seu legado e da memória. **Para além, busca ainda esclarecer alguns pontos sobre a temática estudada a saber:**

- Analisar os devidos impactos e circunstâncias do desaparecimento de militantes em um caso específico da professora Ana Rosa Kucinski diante do contexto das referida práticas de torturas do regime ditatorial
- Examinar o devido envolvimento da mulher na luta contra a Ditadura Militar
- Discutir o verdadeiro valor da memória coletiva e histórica com foco no caso de Ana Rosa Kucinski e dos demais desaparecidos.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática estudada a fim de obter subsídios da produção acadêmica para fazer de arcabouço teórico para fundamentar o referencial teórico. Foi realizada análise documental bem como a aquisição de dados referentes ao estudo da temática do

artigo, posteriormente foram analisados todos os dados a fim de contribuir para a discussão dos dados compreendendo amplamente os dados nas considerações finais. De acordo com Teixeira (2005) a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador possa ter um contato teórico, podendo extrair dados referentes ao seu objeto de estudo considerando todo o contexto fenomenológico. Dentre os principais autores de acordo com a temática neste referido estudo estão: Tavares, 2012, Kucinski, 2011, Santos; Teles & Teles, 2009, Marques 2016, Mendonça e Silva, 2015, Amorim e Brandão, 2023.

## **A Ditadura Militar no Brasil**

No ano de 1964 deu-se início a Ditadura Militar no Brasil evento esse que ficou conhecido por se traumático, violento e que fez grande parte da população temer pelo seu poder, tornando-se assim de caráter sem fim para cessar, devido ao seu grande impacto sobre a memória daqueles que sofreram diretamente e também aqueles que indiretamente participaram do seu processo.

Oliveira e Andrade ressaltam sobre o poder dos militares e da facilidade de implantar a Ditadura Militar sem qualquer dificuldade com os movimentos estudantis e sindicatos:

Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder sem enfrentar praticamente nenhuma resistência. Tanto os sindicatos quanto os movimentos estudantis tiveram seus planos de resistência enfraquecidos quando João Goulart decidiu desistir de resistir. Ele acreditava que novas eleições iriam ser convocadas em poucos anos e que o golpe seria passageiro. A ditadura militar no Brasil foi oficializada no dia 2 de abril, no Congresso Nacional. Apesar de seu caráter golpista, desde o princípio ela buscou utilizar mecanismos legais para poder tanto se institucionalizar quanto se legitimar. Assim, buscou produzir uma nova “legalidade” que fosse capaz de deter os possíveis entraves com a sociedade e com o sistema político (OLIVEIRA e ANDRADE, P. 124, 2023).

Mesmo depois de muito tempo do seu início a disputa ainda por um monopólio persiste na sociedade já pelo outro lado aqueles que sofreram e ainda se opuseram ao regime ditatorial direcionam suas ações não só no campo teórico mas sim da

recuperação da verdade assim defendida por eles, tentam desconstruir as mentiras endossadas desde o processo ditatorial brasileiro (TEÓFILO, 2018).

A Ditadura Militar no Brasil teve lutas e embates em todos os setores, seja ele na arte, ou em movimentos políticos e partidários, passeatas devidamente contra os atos de torturas e violência:

O Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até 1985. Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. A ditadura fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um partido de situação e outro de “oposição consentida”. O novo governo editou Atos Institucionais com os quais criava condições excepcionais de funcionamento “legal” para atos ilegais e arbitrários. Durante todo esse período muitos brasileiros resistiram e lutaram contra a ditadura de variadas formas. Nos primeiros anos após o golpe, estudantes, artistas e intelectuais se manifestaram contra a ditadura. Uma forte repressão se abatera sobre as lideranças sindicais e políticas ligadas principalmente aos partidos trabalhista e comunista que haviam liderado as lutas políticas no pré-64. Com isso, a ação política de estudantes e artistas ganhou maior destaque. O Show Opinião, por exemplo, foi uma das primeiras manifestações contra a ditadura. E os estudantes, entre 1966 e 1968, realizaram inúmeras passeatas e manifestações políticas em várias cidades do país, levantando a bandeira “Abaixo a ditadura militar”. A “Passeata dos Cem Mil”, realizada em junho de 1968 no Rio de Janeiro, foi um dos marcos desse momento (ARAÚJO, ET AL, p.19, 2013).

Depois de muitos anos ainda as pessoas não querem ser associadas à Ditadura Militar brasileira, pois requer de uma memória que consterna e entristece devido aos acontecimentos ao longo da História (REIS FILHO, 2000).

O verdadeiro papel da Ditadura Militar diante do capital e das ações políticas e econômicas do Brasil:

Diante disto, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar cumprem um papel decisivo, na medida em que criam as condições políticas e econômicas que permitem a superação destas contradições e a consolidação do novo padrão de acumulação. Entre estas medidas destacaríamos a violenta repressão política que se abateu sobre o movimento dos trabalhadores e as forças políticas que propugnavam um desenvolvimento capitalista alternativo, facilitando a política de arrocho salarial aplicada durante todo o período e a opção pela dependência; a centralização política em torno do poder Executivo, conferindo ao governo maior margem de manobra na execução das tarefas necessárias; o crescimento do aparelho de Estado, ampliando sua capacidade de intervenção e planejamento econômico; a ampliação do setor produtivo estatal e dos investimentos públicos em infra-estrutura, criando empresas gigantescas e com fortes tendências monopolistas e uma reforma financeira que criou as bases do processo de financeirização da economia, que cumprirá um papel

decisivo na valorização do capital a partir dos anos 80 (MACIEL, p. 27-84, 2004).

Um particularidade existente na Ditadura militar no Brasil é que não era um regime totalitário, diferente de outros países como por exemplo na antiga Alemanha, no Brasil essa diferença é muito peculiar pois possibilita que partidos existente tanto da direita como da esquerda possam estar no mesmo lado, mesmo que isso seja levando em conta como uma ação figurativa mas fazia valer sua influência partidária, com isso, demonstra também que ocorreram mudanças de presidentes principalmente com a inserção dos governos Médici e Costa e Silva que ficaram por mandatos considerados prévios (MENDONÇA e SILVA, 2015).

### **Os Desaparecidos e mortos durante a Ditadura Militar no Brasil**

Uma das principais causas da Ditadura Militar está relacionado aos números de desaparecidos e mortos principalmente de políticos, e está associado nos primeiros anos da Ditadura Militar com histórico de violência, agressões e torturas. só em 1978 o termo desaparecidos ganhou destaque no governo através de uma comissão de justiça ao qual também fazia parte a Igreja Católica referenciado como o I Congresso Brasileiro de Anistia (GRECO, 2003).

Segundo o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) os dados sobre as pessoas mortas e desaparecidas foram atualizados desde a sua implantação.

As mortes e os desaparecimentos forçados de opositores políticos durante a ditadura militar começaram a ser compiladas pelo Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) ainda no regime de exceção. Em 1979, o CBA contava 301 casos de mortes e desaparecimentos, sendo que destes, 78 eram desaparecidos forçados. Os trabalhos iniciados pelos familiares das vítimas e militantes dos Direitos Humanos foram persistentes e de contínua pressão sobre o governo para saber a verdade sobre aqueles casos. Com o fim do regime militar, as lutas em defesa dos Direitos Humanos se intensificaram com o surgimento de novas entidades e maior organização dos familiares dos mortos e desaparecidos. Todos exigiam o reconhecimento público formal pelo Estado brasileiro de sua responsabilidade pela prisão, tortura, desaparecimento e morte de opositores do regime que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Como resultado desse trabalho persistente, o governo sancionou em 1995 a Lei que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e reconheceu como mortas 136 pessoas em razão de participação em atividades políticas de oposição à ditadura. Posteriormente, um nome excluído por ter sido

constatado que a pessoa morreu naturalmente. Em 2007, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos publicou o resultado dos seus trabalhos com o deferimento de 221 novos casos de pessoas que tiveram reconhecida a responsabilidade do Estado pelas suas mortes ou desaparecimentos (MARQUES, pg. 351, 2016).

Ainda sobre a anistia ao qual foi implantada no ano de 1979, propôs através da referida lei um novo embate acerca dos movimentos trazendo junto políticos presos que estavam exilados para o pleno debate político e a convivência em sociedade. Vale também ressaltar que os mortos não tiveram nem como serem reconhecidos através de um atestado de óbito, ignorando assim qualquer morte ou então um desaparecimento tornando-se em um ato humilhante para a família e de que o governo queira se eximir de qualquer culpa dos crimes praticados (COMISSÃO DE FAMILIARES, p.28, 1996).

De acordo com Vinícius Panisset (p.203, 2024) assevera que o Brasil diante dos atos violentos dos militares no período da ditadura Militar impediu qualquer política para reparar os danos tanto pessoal, social e principalmente histórico:

Com isso, pretende-se dizer que a maneira como foi conduzida a questão dos mortos e desaparecidos no Brasil — isto é, a partir do processo levado a cabo pelos próprios militares — obstruiu qualquer política de reparação histórica. Em que pese os avanços representados pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos de 1995 — medida que reconheceu o Estado brasileiro como responsável pelas mortes e desaparecimentos forçados, além de garantir certidões de óbito e indenizações para os familiares —, assim como a instalação da Comissão Nacional da Verdade; a interpretação do STF sobre a Lei de Anistia, mesmo que contrária à declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário, ainda impede qualquer ação jurídica contundente no que diz respeito a punição de agentes, mesmo que provadas as violações de direitos humanos e, portanto, não sendo coberto pela legislação local. Consequentemente, a postura conciliadora adotada pelo Estado brasileiro nos anos de “transição” prolongou indefinidamente o trauma dos familiares e legou aos seviciados essa segunda morte que é o esquecimento.

Importante destacar que a Lei 11.111/2005 propõe que o Estado possa manter o sigilo das informações com relação aos mortos e desaparecidos no período ditatorial no Brasil, esses documentos de alto grau de informações continuam ainda por uma herança de acobertamento longe dos holofotes da mídia e dos familiares tornando esses arquivos não são acessados pela consulta popular difíceis de serem analisado e tomados pela justiça dificultando assim no pleno desenvolvimento da memória política nacional e da verdadeira democracia (SANTOS; TELES & TELES, p. 14, 2009).

## **Ana Rosa Kucinski, desaparecida ou morta?**

Para melhor entendimento sobre toda a Ditadura Militar e os desaparecimentos de várias militantes e em especial da professora Ana Rosa Kucinski e o processo de perseguição e de repreensão no campo político que ocorreram inúmeros desaparecimentos podendo assim com esse estudo colher através da memória coletiva as mais variadas informações levando em conta a justiça e os direitos humanos.

Ana Kucinski tem em sua data de nascimento o dia 02/01/1942 no estado de São Paulo, é filha do senhor Majer e da senhora Ester Kuchniski poloneses é irmão de Bernardo Kucinski. Ana sempre foi dedicada aos estudos além de dotes especiais como pintura, tocava piano e gostava muito de ler muitos livros o qual fundamenta sua formação assim então ao longo do tempo surgiu sua paixão pela química ao quais entrou para a Universidade de SP(USP), e em seguida a química tornou-se sua profissão datada no ano de 1959 (FARIA, 2024).

Segundo Ernani Mügge (p.100, 2016) em sua argumentação descreve um pouco sobre a vida de Ana Rosa Kucinski Silva:

Ana Rosa Kucinski Silva, cujo desaparecimento é o argumento da narrativa, foi professora universitária no Instituto de Química da Universidade de São Paulo. Filha de Majer Kucinski e de Ester Kucinski, nasceu no dia 12 de janeiro de 1942, em São Paulo. Foi casada com Wilson Silva e era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). O casal desapareceu no dia 22 de abril de 1974; ela, então, estava com 32 anos de idade. Na obra, a filha de K. tem seu nome registrado pela inicial A., na assinatura da carta que escreveu a uma amiga. Na maioria das vezes é mencionada pelo narrador apenas como “filha”.

Ainda é uma incógnita sobre a morte ou desaparecimento de Ana Kucinski as lembranças demonstram que a família de Ana tinha muito carinho pela mesma, e esses momentos de angústia permeiam entre família e amigos, desde o ano de 1974. Ana era casada com Wilson, ambos eram integrantes da ALN, um casal atuante na política, ele trabalhava em uma empresa privada e Ana trabalhava na Universidade de São Paulo (USP) professora de química (KUCINSKI, 2011).

Sobre o Irmão de Ana o senhor Bernardo Kucinski, ele relata em seu livro que nunca descansou de descobrir o que realmente aconteceu com Ana e seu cunhado o senhor Wilson:

Bernardo Kucinski iniciou sua produção literária somente aos 74 anos de idade, com o lançamento, em 2011, de K. – Relato de uma busca, que entrou em evidência em 2014, quando do aniversário de 50 anos do golpe militar no Brasil. O autor teve familiares desaparecidos durante o governo militar: sua irmã Ana Rosa Kucinski Silva e seu cunhado, Wilson Silva, foram sequestrados por agentes da repressão. Os dois faziam parte da ANL (Ação Nacional Libertadora), motivo suficiente para serem considerados subversivos e, conseqüentemente, vítimas do governo ditatorial do período. A narrativa em K. Relato de uma busca aborda o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, personagem que enfoca a narrativa. Ela era professora do curso de Química da USP e militante política da ALN (Ação Libertadora Nacional), e, dez dias após não dar notícias, seu pai, K., um polonês imigrante no Brasil que já sofrera com a perda de parte da família durante o Holocausto na Polônia, busca por seu paradeiro, tentando desvencilhar qualquer setor político do período, procurando explicações e polemizando assuntos que desagradavam o sistema, que tentava encobrir seus crimes e de todas as formas confundir a investida do pai, ora com ameaças ora com pistas falsas para cansá-lo na sua busca. Sua investigação encerra-se com sua morte, a pouco mais de um ano do desaparecimento da filha, em um presídio onde buscava colher informações com outros presos políticos (MACIEL, p.4, 2019).

“Equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se” (KUCINSKI, p. 79, 2014).

É importante destacar a participação do irmão de Ana o professor Bernardo Kucinski no processo de busca e esclarecimento sobre o paradeiro da sua irmã e do seu cunhado, e da situação em que sua família ficou depois desse evento ocorrido com a Ana Kucinski:

Bernardo Kucinski é jornalista, escritor, ex-professor da USP, além de ter trabalhado como assessor da Presidência da República durante o primeiro mandato do presidente Lula. Dentre suas publicações, destaca-se K, relato de uma busca – reeditado e publicado em mais de cinco línguas – romance de base autobiográfica em que o autor narra a história de um pai à procura da filha, desaparecida nos anos 1970, no Brasil. A família Kucinski sofreu o trágico desaparecimento de Ana Rosa Kucinski (irmã de Bernardo Kucinski) e Wilson Silva (marido de Ana Rosa), em abril de 1974. De acordo com relatos do escritor, especialmente na entrevista ao jornal, as dificuldades vividas por toda sua família, nesse período, e o sofrimento dessa perda o motivaram a escrever sobre o trágico desaparecimento da irmã. Mesmo Quarenta anos depois do ocorrido, a intenção de escrita do romance K, relato de uma busca e da coletânea você vai voltar pra

mim e outros contos resulta da necessidade de uma revelação, de uma reflexão sobre as atrocidades e arbitrariedades ocorridas no período da ditadura militar brasileira: “A literatura me levou à catarse. Não foi a necessidade de catarse que me levou à literatura” (KUCINSKI, fragmento de entrevista ao jornal Rascunho). (XAVIER, p. 91, 2015).

Importante frisar que por mais os esforços da família foram além do limite não conseguiram obter resultado, devido que os militares na época nunca revelaram que realmente fizeram o sequestro de Wilson e Ana Kucinski ou que nunca ocorreu nenhum crime. O próprio corpo dos dois nunca foi encontrado, sendo até então considerados como dois desaparecidos, pois não tendo corpo não há crime (FREUD, 2013).

Portanto ocorre que têm poucas informações sobre o que realmente aconteceu com Ana e seu esposo, desde abril de 1974 o que realmente aconteceu de fato com os dois?:

Naquela época Ana Rosa já temia por sua segurança. No dia 22 de abril de 1974 ela se encontrou com uma amiga que poderia auxiliá-la a obter autorização de seu chefe no IQ para uma licença médica e assim afastar-se por algum tempo da instituição. Esse encontro foi por volta das 11 h da manhã e ela disse à amiga que voltaria no início da tarde para irem juntas à Universidade, mas nunca mais voltou, nem foi vista novamente. O que aconteceu a partir do sequestro de Ana Rosa e Wilson em 22 de abril de 1974 é ainda objeto de averiguação, com depoimentos compondo um cenário que não está completamente desenhado. E Talvez nunca o seja. À década de 1970 foi certamente a mais violenta por parte da repressão militar no Brasil. A grande maioria dos desaparecimentos e mortes motivados politicamente aconteceu nesse período e Ana Rosa tinha consciência do risco que corria, conforme depoimentos que podem ser encontrados no livro Kaddish e dados por pessoas que conviveram com ela. O próprio trabalho que desenvolvia no Instituto de Física Era uma oportunidade de esquivar-se do endereço conhecido do IQ. Inicialmente, seu desaparecimento causou surpresa e deixou os amigos inseguros sobre como proceder porque ela poderia efetivamente estar em fuga, mas os acontecimentos dos dias que se seguiram não deixaram dúvidas sobre o que teria acontecido. Desde o dia 22 de abril de 1974 por volta da hora do almoço Ana Rosa e Wilson nunca mais foram encontrados. Pressionado, o governo do presidente Ernesto Geisel reagiu por meio de uma nota oficial de fevereiro de 1975, assinada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão. Ele declarou que Ana Rosa e Wilson eram “terroristas” e estavam “foragidos”. Com base nesse documento, a 46a Reunião da Congregação do IQ USP, realizada em outubro de 1975, aprovou a indicação da Comissão Processante da Reitoria pedindo a demissão de docente por abandono de função, com 13 votos favoráveis e dois em branco (FARIA, 2002, p. 5).

Portanto, é de suma importância conhecer a trajetória e a história de Ana Rosa Kucinski, mesmo depois de décadas diante da sua falta sua figura tanto como acadêmica e posteriormente como docente sempre traz um alento para a família e amigos, apesar do convívio com as incertezas sempre estarão presentes desde aquele dia 22 de abril de 1974. O vazio sempre será preenchido pelas lembranças e a saudade de Ana perante o seu desaparecimento e de sua luta desde a faculdade militando pelo bem comum e em seguida como professora defendendo aquilo que realmente ela acreditava (FARIA, 2024).

## **Memória Coletiva**

Segundo Halbwachs (1990) Diante disso, e resgatando a memória coletiva, mostra que é de extrema importância para compreender os eventos ocorridos na sociedade sejam eles traumáticos ou não.

É fato que a memória tem uma importância muito grande na vida de uma pessoa ela está interligada também as sensações que vivemos no dia a dia tais como o amor, sentimentos de dor, de ódio, de desgosto entre outros:

A memória não obedece apenas à razão porque ela também está relacionada, por um lado, a tradições herdadas, que fazem parte de nossas identidades e que não respondem a nosso controle e, por outro, a sentimentos profundos, como amor, ódio, humilhação, dor e ressentimento, que surgem independentemente das nossas vontades (ARAÚJO; SANTOS, p. 96, 2007).

Uma das principais críticas feitas por Bernardo Kucinski era que o povo brasileiro não tem uma memória coletiva, e que realmente surge uma importância de compreender e entender o que significa uma pessoa desaparecida diante dos seus atos políticos, ainda em tempo têm que seu argumento combater que na sua totalidade o poder possa diminuir o desaparecido e torna lá como simples caso familiar e não como um evento social, familiar individual e coletivo como bem próprio do povo (KOSHIYAMA, 2013).

Sobre memória coletiva Alice Mitika Koshiyama(p.09, 2013) relata que:

Em um livro de leitura imprescindível e um hábil trabalho com as palavras, Kucinski reconhece a importância do texto bem-feito:” Eu já trabalhava muito a linguagem quando jornalista.” Ele é um observador do mundo e um participante em todos os momentos significativos da

história contemporânea, como jornalista, professor, pesquisador acadêmico e escritor. Afirma que a consciente busca de elaborar a narrativa com os fragmentos da memória: “Não escrevi um livro fatual, é uma fabulação.” Válida como experiência de leitura de literatura de qualidade, enquanto parte da memória do que aconteceu no país, e um indicador de questões para estudos e para alguns é estímulo para lembrar parte de sua própria história de vida. Pela fabulação temos um panorama de uma sociedade atingida por uma política de estado. Transformar os fragmentos de memórias individuais em memória coletiva é um objetivo para os estudos históricos e para a divulgação científica da história, ideia que elaboramos a partir da concepção de divulgação científica proposta por Carlos Vogt. Também encontramos no romance K. um documento histórico, um produto da literatura de ficção que permite avaliar o impacto da ditadura no comportamento das pessoas, pondo em relevo o medo, a vergonha, o cinismo, a covardia, o sofrimento e a solidariedade, as opções éticas e os impasses políticos daqueles tempos sombrios.

A memória coletiva não ganha sua importância diante da fala dos seus opressores, diante da luta ocorre muito sobre a questão do ato de não esquecer pois o esquecimento produz um efeito devastador que é o horror por isso que a memória coletiva deve ser preservada e lembrar dia a dia pois seu significado garante que o propósito nunca será esquecido mesmo que as gerações passem com o relato dos sobreviventes e que não se repita mais tal violência, tortura (KUCINSKI, 2016).

Um dos exemplos de memória coletiva a serem seguidos é de Flávio Tavares com seus vários personagens demonstram todos os sentimentos possíveis e trazendo consigo seus valores, emoções, colocando-o como o principal partícipe da história denominada Memórias do esquecimento:

E nós? Nós fomos vítimas da ditadura sim, mas também vítimas de nós mesmos, da nossa pressa infantil e dos nossos dogmas, que não eram infalíveis, mas inventados. Vítimas da apressada doação e da nossa ingênua generosidade, dessa rebeldia inata que não nos deixava passivos frente à mistificação. Vítimas do medo da sociedade por inteiro, ou – mais que tudo – vítimas da prostituição da política ou vítimas do medo oportunista do emergente setor empresarial de negócios, que se serviu do Estado e se apoiou nos favores dos burocratas que mandavam no Estado para multiplicar a fortuna pessoal. Vítimas, enfim, fomos todos nós desse medo geral que se apossou da nação, que transtornou cada qual e fez que praticamente todos enterrassem a cabeça na areia para não ver ao redor. Na parte que nos cabe, nos enfiemos na areia e nos cegamos, também, pensando que, assim, fugimos do medo geral. (TAVARES, p. 246, 2012).

As palavras que devem ser tidas como exemplo sobre a luta para o não esquecimento e para que nenhum tipo de horror ocorra novamente assim a frase que mais se assemelha a isso mostra que “lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror”.(GAGNEBIN, 2006).

### **3.5 MULHERES VÍTIMAS DE TORTURAS NA DITADURA MILITAR**

Ao falarmos sobre a questão de gênero, é válido entender que pressupõe que os papéis sociais atribuídos antes a uma análise de conceitos a padrões feminino e masculino vem se difundindo na sociedade por anos e anos e ganhando desenvolvimento e notoriedade pois as questões das lutas por igualdade para as mulheres duraram anos e anos e foram realmente exercidas diante de muita violência tortura para romper um ciclo vicioso e na Ditadura Militar no Brasil não foi diferente (SCOTT, 1986).

Segundo Ferreira (p. 52-53, 1996) destaca o papel da mulher no meio do espaço social:

A mulher, neste caso, ocupa uma posição diferente e inferior em relação ao homem; mesmo que seja o elemento de coesão e ordenação social que investe poder, ela não o detém. Adicionado a isso, a mulher tem sua posição marcada dentro do espaço social através do binômio público/privado, voltada ao mundo do particular e do doméstico é definida como mãe, esposa e irmã, enquanto o homem ocupa o outro lado, o domínio público, sendo definido em categoria de status como governante, entre outros.

Um ponto importante que deve ser analisado e considerado é que a história seja ela qual for não devem ser vistas do lado universal de um sujeito seja ele um ser abstrato ou então denominado assexuado ao qual acontece e muito no longo da história, mas sim deve ser entendida como uma história contada pelo ponto de vista têm das mulheres pois elas fazem parte do meio social e tem papel fundamental para o desenvolvimento de uma nação e da evolução em todos os campos e aspectos (FEDERICI, 2017).

Na Ditadura Militar as mulheres tiveram uma participação muito importante para a luta fazendo parte de movimentos estudantis através de organizações ditas revolucionárias, mesmo sofrendo repreensão, torturas e estupros:

Uma parcela de mulheres entrou para as organizações de esquerda clandestinas e militou nas mais de 40 organizações políticas revolucionárias e de resistência.<sup>16</sup> Houve mulheres que se integraram às guerrilhas urbanas e rurais, outras participaram de ações políticas, como a organização e manutenção da imprensa clandestina, a distribuição de material impresso e o cuidado de casas (chamados de aparelhos) que serviam de base para estruturar as organizações e as atividades. Essas organizações políticas foram duramente atingidas pela repressão, tiveram suas direções eliminadas pela ditadura, até aquelas que não participaram da luta armada sofreram o extermínio de suas direções. Houve mulheres sequestradas, torturadas, estupradas, assassinadas e desaparecidas. O Projeto Brasil Nunca Mais analisou os casos de 7.367 militantes processados pela justiça militar, e destes 12% eram mulheres. O Estado Maior do Exército fez um levantamento de presos políticos que se encontravam nos quartéis, num determinado momento do ano de 1970 e chegou a um total de mais de 500 militantes. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do Pará, entre 1972 e 1975, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres. As torturas praticadas nas mulheres, assim como nos homens, faziam parte da estratégia política de Estado. Ainda sob a ditadura militar, homens e mulheres denunciaram perante a Justiça Militar as torturas sofridas, mesmo que isso representasse um sério risco que elas voltassem a acontecer (TELES, p. 1008, 2015).

Segundo Andrea ANDÚJAR et al (p. 28, 2009) destaca que o rompimento de preconceitos contra as mulheres não tinha apenas do lado do regime ditatorial, mas sim do lado do movimento esquerdista ao qual colocavam obstáculo machistas, ou seja, eram lutas contra o sistema ditatorial e dos próprios companheiros de luta:

Os militares, de início, subestimaram a capacidade das mulheres, mas, ao vê-las atuando na luta, inclusive com uso de armas, tiveram reações de ódio e repúdio. Isso porque as militantes políticas daquela época romperam com preconceitos e barreiras machistas. Tiveram até que enfrentar a própria organização política de esquerda em que atuavam. A esquerda também tinha preconceito e as discriminava. Assim, as militantes tiveram que subverter a ordem do estado ditatorial e a ordem interna de suas organizações políticas. Eram duas vezes subversivas.

As mulheres que se sobressaíram diante de toda a forma de diferença e discriminação ganharam força diante da do seu papel na sociedade que é a mulher, na figura da mãe, da esposa etc. Na ditadura Militar algumas mulheres colocaram realmente sua vida pessoal e profissional em risco para lutarem por aquilo que realmente acreditavam, fizeram parte de movimentos estudantis, e sindicais a fim de

romper também essa barreira e quebrar preconceitos desde aquela época (SCOTT, 1986).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados referente a Ana Rosa Kucinski indica que a mesma era uma excelente profissional lecionava química na Universidade de São Paulo (USP) porém, seu envolvimento com uma militância mais atuante a fim de combater os desmandos dos militares Ana e seu esposo Wilson Silva eram integrantes da Ação libertadora Nacional (ALN) segundo dados referenciados diante da pesquisa documental denotam que ambos foram sequestrados por agentes do CODI no mês de abril do ano de 1974.

Vale ressaltar que o caso de Ana Rosa Kucinski é muito emblemático pois caracteriza em ações praticadas com resquício de crueldade e de puro autoritarismo diante do seu regime ditatorial, o objetivo de tal desaparecimento tange pela ideia do esquecimento enfraquecendo, os crimes só foram realmente apurados depois de anos e anos mesmo depois do seu término, mostrando que o país ainda tem uma enorme dificuldade em lidar com esse lado repreensivo que foi a ditadura militar e suas torturas e repreensões.

Os dados referentes a esse período da Ditadura Militar demonstram que foram mais de 200 desaparecidos políticos, ainda no seu relatório final indica que mais de 434 foram mortos. Os responsabilizados por cometerem essas ações somam mais de 300 pessoas entre eles militares, agentes de estado e alguns ex-presidentes da república federativa do Brasil:

“Essa comprovação decorreu da apuração dos fatos que se encontram detalhadamente descritos no relatório, nos quais está perfeitamente configurada a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro” (AGÊNCIA BRASIL, P.01, 2014).

Portanto, é de suma importância destacar os dados analisados com o objetivo de assimilar que os movimentos sociais bem como das comissões da verdade que colocaram uma pressão e que de fato possa responsabilizar o Estado por causa dos

seus desaparecimentos. A Comissão Nacional da Verdade fundada no ano de 2012 conseguiu investigar as diferentes vítimas de diversas famílias, também aprofundou buscas no caso de Ana Rosa Kucinski mesmo não obtendo resultados satisfatórios quanto à relação de achado do corpo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou conhecer a vida da professora Ana Rosa Kucinski, e assim compreender melhor a trajetória como militante que enfrentou a Ditadura Militar ao lado de seu esposo. Sua história reflete a necessidade de realmente deixar sua imagem ainda mais viva na memória coletiva bem como sua importância nas comissões da verdade, promovendo a justiça e reparando erros passados que constituíram em injustiças além da história.

O caso aqui estudado não pode ser considerado como um fato que está marcado no passado, mas sim um alerta para que a própria sociedade brasileira conheça e possa usá-la como referência em defesa dos direitos humanos e a preservação da democracia atualmente.

A memória de Ana Rosa Kucinski ganha mais notoriedade e mais importância em tempos de justiça social mostrando o quanto é relevante a pesquisa em torno do seu caso, bem como o conhecimento sobre a Ditadura Militar os desaparecidos e mortos que sofreram com esse sistema opressor no Brasil.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL; **Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante ditadura militar**, publicado em 10/12/2014 - 11:04 - Atualizado em 10/12/2014 - 11:03 Brasília disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>

ANDÚJAR, Andrea et al. **De minifaldas, militâncias y revoluciones. Exploraciones sobre los 70 en la Argentina**. Buenos Aires: Luxemburg, 2009

AMORIM Flor, M. A.; BRANDÃO, E. **Desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil no Romance K. Relatos de uma busca, Bernardo Kucinski**. Open Minds International Journal. vol. 4, n. 1: p. 35-42, Jan, Fev, Mar, Abril/2023.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, pp. 95-111, dez. 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>, acesso em Agosto 2024.

ARAÚJO, Maria Paula, SILVA, Izabel Pimentel da, REIS, Desirree dos Santos: **Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho /** - 1. ed. - Rio de Janeiro : Ponteio, 2013. 48 p. : il. ; 29,7 cm.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 25.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

DATAFOLHA. **Pesquisa**, 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2024.

FARIA, Dalva L. A. de; **PROFA. DRA. ANA ROSA KUCINSKI SILVA**, Quim. Nova, Vol. 48, No. 3, e-20250053, 1-6, 2025, 2024; a Departamento de Química Fundamental, Instituto de Química, Universidade de São Paulo, 05508-000 São Paulo – SP, Brasil b Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 05508-070 São Paulo – SP, Brasil.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a Bruxa: **mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier; **MULHERES, MILITÂNCIA E MEMÓRIA**, 1996.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

GAGNEBIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela Anistia**. 2003. 556 f. Tese(Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Halbwachs, Maurice. **\*On Collective Memory.\*** University of Chicago Press, 1990.

KOSHIYAMA, Alice Mitika; **Comunicação, Memória, História e Ficção: síntese crítica da ditadura no romance** K, XXVII Simpósio Nacional de História Natal – RN – 22 a 26 julho de 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar: esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge, Zahar Editora, 2000.

SAMWAYS, Daniel Trevisan **HISTÓRIA POLÍTICA E DITADURA MILITAR**, Mestrando em História (UFPR), Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 7, p. 75-90, 2007.

MACIEL, David (2004). **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Antonio José; **O GOLPE MILITAR CONTRA OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS. SINDICALISTAS MORTOS E DESAPARECIDOS DURANTE A DITADURA MILITAR E A TRANSIÇÃO CIVIL NO BRASIL: 1964 - 1988**, - III International Conference Strikes and Social Conflicts ..., 2016

MENDONÇA, Anderson Guimarães, SILVA, Giselda Brito; **BRASIL E DITADURA MILITAR: UM DEBATE SOBRE O RETORNO AO ESTADO DEMOCRÁTICO**, 2015.

MUGGE, Ernani; K. – **relato de uma busca: a ficção a serviço da revisão da história nacional** K. – relato de uma busca: fiction in the service of a revision of national history, 2016. Universidade Feevale – Feevale – Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul - Brasil

NOREK, Ayssa Yamaguti, **“Mulheres do Brasil” ou terroristas? As muitas representações da mulher durante a Ditadura Militar (1964-1985)**. Revista Em Perspectiva [On Line]. v. 6, n. 1., 2020

OLIVEIRA, Aline Karolinne, ANDRADE, Cleyton; **A ditadura militar no Brasil: uma política do esquecimento**; Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo ISSN 1809 - 709 X, Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana. Rio de Janeiro, 18(35), 121-133, nov. 2022 a abr. 2023. A ditadura militar no Brasil: uma política do esquecimento

PANISSET, Vinícius; Caronte Ocioso; **Ensaio sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**, 2024, São Paulo, v.13, n.1, pp.197-209, 202

SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. VEJA. São Paulo, n. 159, 22 de set. 1971

SCOTT, Joan; **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA**, 1986

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura**.

Ed. Ampliada, Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis–RJ:Vozes, 2005.

TEÓFILO, João: **VERDADE FACTUAL, MENTIRA ORGANIZADA E DITADURA MILITAR BRASILEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS A PARTIR DAS REFLEXÕES DE HANNAH ARENDT** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP/UFMG)- REVISTA DE HISTÓRIA [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida; **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” União de Mulheres de São Paulo** , Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015

KUCINSKI, **Bernardo. K.**, 1a. Edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. 184 páginas

KUCINSKI, **Bernardo. K, relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014, 187 p.

KUCINSKI, B. K.- **Relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

XAVIER, Joelma Rezende; **DE MEMÓRIA, TRAUMA E FICÇÃO: UM OLHAR SOBRE A NARRATIVA DE BERNARDO KUCINSKI**, 2015, Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê no 16 – ISSN 1679-849X |89| <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/index>